

1. Motivações e premissas do estudo

1.1 A frente de batalha e a eleição do tema

Era o primeiro dia do mês de outubro de 2006. Dia no qual se realizou mais uma eleição para escolha de governadores, senadores, deputados estaduais e federais em todo o Brasil. No conjunto do país, segundo informações da imprensa, o processo eleitoral transcorreu conforme planejado pelo Tribunal Eleitoral, órgão responsável pela viabilização das eleições em todo o território nacional, com as ressalvas específicas de cada estado. No caso do Rio de Janeiro, registraram-se, eventualmente, certos incidentes em determinadas áreas da cidade onde as eleições se processaram. Estamos falando, especialmente, das zonas eleitorais localizadas nas áreas de favelas, locais onde há um reforço do aparato policial, devido ao pretense risco que quadrilhas de traficantes de drogas ou de milicianos¹ podiam oferecer aos eleitores e à equipe que trabalha na eleição.

Na Maré, território que reúne 16 favelas na zona da Leopoldina, o dia de eleição é sempre muito festivo. Nele, chama a atenção a grande quantidade de pessoas que vão às ruas fazer propaganda de seus candidatos, assim como o encontro de muitas famílias e amigos que se mudaram para outra localidade, mas continuam votando na região. Sem dúvida, a aura que se percebe nas áreas mais empobrecidas da cidade, no dia de eleições, é caracterizada pela excitação e alegria do encontro coletivo e, em menor medida, pela leve e persistente esperança de que alguma melhoria para a vida comunitária possa vir a ocorrer através do processo político. Em termos pragmáticos, a eleição também é vista

¹ Na Maré, além de grupos vinculados às três facções criminosas cariocas – Comando Vermelho, Amigos Dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando, há também um grupo da milícia. As milícias são grupos criminosos formados, em geral, por integrantes do aparato de segurança do Estado, tais como: policiais, agentes penitenciários, bombeiros etc. Esses grupos ocupam comunidades populares e controlam uma série de atividades econômicas, em geral ilegais: transporte alternativo, TV por assinatura clandestina, monopólio da venda de produtos específicos (como o gás de uso doméstico), taxas de **proteção** etc. Como forma de legitimação, os milicianos oferecem, pretensamente, **segurança** contra os traficantes e reprimem o uso e a venda de drogas.

como um momento especial e positivo devido aos muitos moradores que conseguem empregos temporários trabalhando como *cabos-eleitorais*, conquanto raramente acreditem nas propostas afirmadas pelos candidatos que divulgam.

Nesse quadro, o período eleitoral é uma agitação permanente e sua culminância, seu momento de celebração maior é, justamente, no dia do primeiro turno do pleito. No meu caso, que me mudei da Maré em 1995, esse dia é aquele no qual, em um ritual cívico pessoal, voto na mesma seção eleitoral em que depus o meu primeiro voto. Nunca abri mão dessa experiência de valorização das minhas origens e do prazer de sentir a intensidade da vida no lugar ao qual me sinto mais pertencente ao mundo.

No dia primeiro de outubro de 2006, todavia, o dia da eleição teve um impacto diferente para mim. Nele, pude assistir uma cena que me mobilizou de forma profunda e contribuiu decisivamente para a definição do meu tema de pesquisa no doutorado. Naquele dia, tornou-se uma **necessidade**, algo essencial para mim, contribuir para se construir outra maneira de atuação da polícia nas favelas, bem como refletir de forma mais sistemática sobre os efeitos, ao longo do tempo, do tipo de segurança pública disponível para os moradores dessas localidades.

Como em todas as eleições anteriores, eu estava em frente à antiga casa de meus pais, em Nova Holanda, onde residi por vinte e cinco anos. A casa se localiza diante de uma escola municipal, onde estudei na infância e que funciona como uma importante zona de captação de votos nos momentos eleitorais.

Já passava de meio-dia e meia quando, de modo abrupto, surgiram dois carros da Polícia Militar, denominados **camburões**, na rua principal de Nova Holanda. Apesar de não haver sinal de ocorrência de qualquer problema no local, eles passaram velozmente pela rua, atirando a esmo e fazendo “cantar” os pneus de seus carros. As pessoas estavam reunidas na rua; umas conversando, como era o meu caso, outras jogando baralho ou fazendo um churrasco na porta de casa. Todos se assustaram e correram para buscar abrigo nas casas ou comércio mais próximos. Consegui me abrigar numa farmácia e de lá assisti a uma cena dramática: uma criança de três anos de idade, agarrada à mão da avó, foi atingida por uma bala, justamente no momento em que os policiais passaram daquela maneira: sem olhar, de fato, para o que havia à frente. Eles estavam dominados

pela adrenalina e pela pressa, se isentando de responder a algo que as outras pessoas não conseguiam identificar ou entender.

A avó, que correria para se abrigar na casa mais próxima de onde estava quando ouviu os tiros, ao ver a criança caída ao chão, começou a gritar desesperada. Ao perceber que a criança havia sido atingida, um dos camburões parou; dele saiu um dos policiais que, sem nenhum comentário, nenhuma explicação, seguiu velozmente na direção da criança, pegou-a no colo, retornou correndo para a viatura e – eu soube logo depois – a levou para um hospital próximo. A avó, então, passando mal, desmaiou, sendo socorrida por alguns moradores que, naquele momento, já se aglomeravam em torno dela.

Depois da saída dos policiais, um número significativo de pessoas que presenciaram o ocorrido saiu às ruas, gritando e pedindo justiça. O tom de revolta tomou conta das falas e era unânime o discurso de que se deveria ir até o 22º Batalhão – único do Rio que se localiza em uma favela e que fica, ironicamente, a trezentos metros de onde o fato ocorreu – para protestar contra a maneira como a polícia havia chegado à comunidade.

Naquele momento, as pessoas estavam muito revoltadas e alguns moradores, em especial, muito exaltados. Ao ver a confusão que se anunciava, propus que fôssemos, com efeito, ao Batalhão, mas de maneira organizada e ordeira, para pedir justiça e tentar punir os responsáveis por aquela incursão ultrajante. Enquanto discutíamos no meio da rua o que fazer, chegou a notícia de que a criança, cujo nome era Renan, falecera logo que dera entrada no hospital. Neste momento, houve certa gritaria e os ânimos se exaltaram. O tumulto foi enorme e assim, de forma desordenada, começou uma marcha rumo ao batalhão.

A nossa chegada ali foi marcada por uma recepção desastrosa, evidente exemplo de como a instituição policial, embora integrante do aparato estatal, está distante de ser uma organização republicana: fomos recebidos com o fechamento de um grande portão que fica nos fundos do prédio e que dá passagem para carros que queiram sair pela comunidade. O intuito primeiro do grupo era falar com o comandante, pois a intenção era poder fazer a denúncia do ocorrido de maneira clara e objetiva, como tentativa de contribuirmos para a apuração real dos fatos. Entretanto, o comandante demorou a vir até o portão nos atender e a cada momento mais e mais pessoas chegavam para protestar. Houve muitos insultos das duas partes: de um lado, os moradores que chamavam de assassinos os

policiais que, enfileirados no portão de entrada, impediam nossa passagem; do outro, os policiais, que nos olhavam com desprezo, respondiam as afrontas com gritos, xingamentos e grosserias, principalmente às mulheres. Foi muito doloroso ficar quatro horas defronte ao batalhão e sentir, de forma tão viva, a distância existente entre os moradores de Nova Holanda e os profissionais da segurança pública.

Durante o período em que esperávamos falar com o comandante, telefonamos para alguns profissionais que trabalham em instituições da área dos direitos humanos, como, por exemplo, a Justiça Global. Com a chegada de dois membros dessas entidades, decidimos fazer uma comissão e forçar nossa entrada no batalhão, já que, até aquele momento, não havíamos recebido nenhuma resposta a respeito dessa possibilidade. Somente nesse momento, o comandante decidiu vir ao portão, para conversar conosco e, então, receber uma comissão de pessoas em sua sala. O grupo era composto por mim, indicada por vários moradores em função de minha longa história de militância no movimento comunitário e em outras organizações locais; os representantes das instituições de direitos humanos e uma tia de Renan, o menino assassinado. A conversa foi bastante difícil, em função da postura extremamente defensiva e avessa ao diálogo por parte do comandante do Batalhão, que não ocultava o seu incômodo em nos receber.

De imediato, ao tentarmos explicar o que havíamos presenciado com a chegada abrupta da polícia militar em Nova Holanda, recebemos uma agressiva e mal-educada resposta. O Comandante, sem considerar nossas falas, defendeu os policiais, afirmando que, no local onde ocorreram os tiros, eles teriam visto dois traficantes portando uma arma, em cima de uma moto e que, no momento em que se aproximaram, tiveram de responder ao ataque que os bandidos fizeram. A tia do menino, ao ouvir esse argumento, se exaltou, declarando de maneira enfática que os fatos não tinham ocorrido como ele estava dizendo. Na versão de alguns moradores, os PMs teriam feito o atentado em represália ao fato de os traficantes de drogas locais terem se recusado a aceitar uma tentativa de extorsão, afirmando que já haviam pago a outro grupo de policiais para não terem problemas naquele dia.

O fato mais impressionante, para mim, foi a obstinação do comandante em ignorar qualquer outra versão do episódio que não fosse a narrada pelos policiais

responsáveis pelo ocorrido; não havia, de sua parte, qualquer interesse em ouvir a fala dos residentes da área onde atuava e que, em tese, deveria proteger. Era evidente que ele não faria qualquer esforço em investigar, de fato, o assassinato da criança. Frente a isso, retornamos ao portão do batalhão, sem que houvesse nenhuma concessão da força policial. Os ânimos dos manifestantes ficaram ainda mais alterados e os xingamentos aumentaram. Em meio a esse conflito, e após algumas horas de tumulto, chegou a imprensa, fato que incomodou, sobremaneira, os policiais. Em determinado momento, eles tentaram fechar o portão do batalhão, porém os moradores não deixaram, por não terem qualquer posição ou resposta clara por parte da polícia.

Começou, então, uma troca de empurrões. Os policiais jogaram no meio da multidão gases de efeito lacrimogêneo e dispararam tiros para o alto, a fim de dispersar os moradores. No entanto obtiveram outra resposta: algumas pessoas começaram a lançar pedras e madeiras em direção ao batalhão. Com a confusão instalada, corremos para nos abrigar atrás dos carros estacionados em frente ao prédio. Fui dominada pelo choro, ao ver, decepcionada, uma demonstração de cidadania tão expressiva replicada com tamanho autoritarismo, violência e desumanidade. Veio-me, então, uma sensação repentina de impotência e descrença, por saber que aquele conjunto de ações era uma expressão típica da maneira como as forças policiais agem nas regiões mais pobres da cidade.

No dia seguinte, todos os jornais da cidade estamparam, com destaque, a confusão que se instalara no dia da eleição na Maré. Foram muitas as versões apresentadas pelos meios de comunicação, para justificar a morte de Renan de modo tão gratuito e estúpido. Em geral, as notícias reproduziam a versão afirmada pelo comandante. Como intuíamos, não houve investigação efetiva do caso e nada aconteceu aos policiais envolvidos.

O impacto da situação ficou em minha mente, meus olhos e minha alma – e até hoje me acompanha e me alimenta: as práticas policiais nas favelas cariocas, com um recorte espacial na favela da Maré, se tornaram o meu tema de doutoramento. Na realidade, a tentativa de não sucumbir à barbárie, aos sentimentos iniciais de impotência, decepção e dor foi substituída pelo desejo maior de compreender as razões das práticas policiais, em particular as violentas, implementadas nas comunidades populares. Mais do que isso, dominava-me também o desejo profundo de contribuir na busca de caminhos alternativos nesse

campo. Afinal, há, no Brasil contemporâneo, diferentes proposições teóricas e práticas que afirmam a possibilidade de realização de uma política de segurança cidadã. Acredito que isso seja não só possível como indispensável para a melhoria significativa da qualidade de vida nos espaços populares e no conjunto da cidade.

Entendi, porém, que para construir a proposta assinalada, cabe – dentre outras ações – melhor compreender o sentido das intervenções policiais no cenário de *guerra às drogas* e, no processo, no espaço dos moradores. Para isso, não se pode prescindir da coleta, análise e interpretação das versões desses agentes do Estado. Além disso, é importante entender melhor como os moradores de favelas, dentre eles os traficantes de drogas e os milicianos, se situam diante das ações policiais. A partir da devida apreensão desse elenco de falas, torna-se possível construir espaços de interlocução com um leque de autores que tem proposto formulações teóricas e práticas no campo da segurança cidadã. Através desse diálogo permanente, entre múltiplos atores, de variados lugares e experiências, creio ser possível construir caminhos alternativos frente a este conflito impiedoso, responsável por destruir o cotidiano dos moradores das favelas cariocas. Nessa caminhada, sempre coletiva, vai se materializando uma cidade na qual todos os cidadãos sejam efetivamente iguais em termos de direitos básicos. O sentido desse trabalho – e de minha crença maior – é tornar essa realidade, essa cidade, cada vez mais concreta.

1.2

Considerações primeiras sobre os vínculos entre objetividade e subjetividade

A experiência citada no item anterior, dentre uma miríade², ilustra a complexidade da escolha de um tema de pesquisa, em particular no caso do doutoramento. Tinha diante de mim um vasto leque de possibilidades, todas envolvendo questões em torno das práticas sociais nos espaços populares. Foi inevitável ter de lidar com vários dilemas e duras escolhas para estabelecer a caminhada teórica e prática que busquei empreender.

Os temas violência e segurança pública são, na atualidade, de consideração obrigatória quando se reflete sobre o cotidiano e as idiossincrasias da vida nas favelas do Rio de Janeiro. O enfrentamento dos problemas sociais pelo poder público e/ou pelo conjunto de instituições privadas e comunitárias atuantes nesses espaços é marcado pelo reconhecimento de que as crescentes e sofisticadas formas que assume a violência, bem como a falta de atuação das autoridades da segurança pública, comprometem, sobremaneira, a garantia dos direitos dos moradores de comunidades. Entretanto, a constatação é acompanhada, no referente à percepção global dos moradores e dos profissionais que atuam em instituições localizadas dentro das favelas, por uma visão de que não se pode fazer muito além do que vem sendo realizado, ainda que seja evidente o fracasso da atual política para resolver o problema. Por conseguinte, um sentimento de impotência domina os olhares e práticas desses agentes sociais.

No ano 2000, dirigentes de organizações não-governamentais e comunitárias, além de diretores de escolas e representantes de outros órgãos públicos se reuniram na Maré a fim de discutir melhorias para a região, inclusive sobre os temas violência e segurança pública. Era visível tanto a dificuldade dos presentes em abordar os temas, de maneira clara e objetiva, como a sua adequada discussão com os moradores. Parte daquele grupo defendia a proposta de convidar as autoridades de segurança pública para um debate aberto, no intuito de dialogar

² Poderia ter, por exemplo, descrito uma dura e perigosa experiência de encontro com um chefe do tráfico de uma das comunidades locais, desejoso de interferir nas atividades da organização da qual era dirigente. Esse embate me atingiu de forma profunda durante anos e me influenciou no caminho de colocar o enfrentamento da violência como um eixo central de meu trabalho social. No fato apresentado no item anterior, todavia, a morte deixou de ser uma possibilidade e se fez concreta, na figura de um ser absolutamente incapaz de se defender, e teve como instrumento as mãos daqueles que têm como dever maior proteger vidas, como a de Renan.

sobre como a polícia deveria atuar na Maré. Outros integrantes da reunião levantavam o temor de que um diálogo aberto junto aos policiais poderia colocar a vida dos envolvidos em risco. O quadro não sofreu, praticamente, alteração alguma desde lá. A constatação desse impasse revela o quão complexo é o tratamento da segurança pública nas favelas; ao mesmo tempo, ela revela a urgência de constituir novas alternativas nesse campo para as regiões mais pobres da cidade, de preferência com a participação efetiva dos moradores de Favelas na elaboração e na implementação das políticas nessa área.

Nesse quadro, este trabalho é uma tentativa a mais de entender e clarificar as representações e práticas dos diferentes protagonistas do cenário da segurança pública, na favela da Maré e outras comunidades similares: policiais, moradores, pessoas envolvidas em grupos criminosos especificamente no tráfico de drogas e nas milícias, instituições do Estado e organizações locais. A opção por ter a polícia militar como o eixo condutor da análise deveu-se ao pequeno número de trabalhos que tratam, com profundidade, da presença da corporação nas favelas, bem como a raridade de pesquisas que busquem ouvir os policiais – dentre outros atores – a respeito de sua representação sobre esses territórios e sobre o sentido de sua ação nessas comunidades.

Na tentativa de refletir sobre a ação da Polícia Militar nas áreas de favelas no Rio de Janeiro e as representações decorrentes, eu tinha consciência da importância de considerar o impacto, em geral doloroso, dos conflitos entre os grupos sobre a realidade cotidiana dos sujeitos inscritos no território favelado. Estabelecido esse pressuposto, considere as mediações políticas e sociais envolvidas no fenômeno. Com efeito, como bem nos situa Geertz:

A única defesa contra transformar a análise cultural numa espécie de esteticismo sociológico é, primeiro, treinar tais análises em relação a tais realidades e tais necessidades. É por isso que eu escrevi sobre nacionalismo, violência, identidade, a natureza humana, a legitimidade, revolução, etnicismo, urbanização, status, a morte, o tempo e, principalmente, sobre as tentativas particulares de pessoas particulares de colocarem essas coisas em alguma espécie de estrutura compreensiva e significativa (Geertz, 1989, p. 21).

Destarte, na busca de encontrar significado nas diferentes práticas estabelecidas na relação entre a polícia e moradores da Maré, intento não apenas obter respostas específicas sobre as questões que se apresentam na relação histórica da polícia com as comunidades pobres. que quero, também, relacionar as

representações e as práticas locais às proposições desenvolvidas em alguns espaços do país, por diferentes agentes no campo da segurança pública – em particular as que colocam a dignificação da vida de todos os cidadãos como princípio fundamental.

Penso que essa articulação entre proposições gerais e realidade particular contribui para uma apreensão mais concreta e profunda sobre os efeitos da violência, assim como para o entendimento das estratégias construídas pelos diferentes sujeitos para viver em um ambiente muitas vezes adverso. Almejo, acima de tudo, “ver as coisas do ponto de vista de ator” (Geertz, 1989, p. 24). Desse modo, busco trazer à tona as contradições advindas da relação polícia e moradores e, nessa pluralidade de falas e vidas, propor caminhos possíveis para a construção de uma política de segurança nos termos delineados.

No desenho apresentado, faz-se evidente a busca de entrelaçar meus interesses acadêmicos e sociopolíticos³. Nessa tensão, desenvolvo um trabalho marcado pela escolha – se é que com essa palavra, tão marcada pela dimensão racional, posso denominar algo tão visceral – em atuar como uma intelectual *inside* do espaço social popular, em particular da favela. Em outras palavras, este é o trabalho de uma pessoa que vivencia, analisa, influencia e é influenciada pelo território da empiria. Além disso, em certa medida, é legitimada como autora pela trajetória de vida, pela inserção histórica no espaço estudado e, em função da experiência objetiva e direta com as práticas de violência e os efeitos concretos nas localidades inscritas no campo empírico da análise teórica empreendida.

Nesse sentido, uma questão preliminar no estudo era entender como o conhecimento e a experiência, decorrentes de minha caminhada social e dos meus estudos, poderiam contribuir na produção de novas percepções e abordagens sobre o espaço social das favelas e sua população. Isso porque, há tempos, chamava-me a atenção a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o fenômeno em pauta realizados por pessoas com trajetórias semelhantes à minha.

Não quero, com essa afirmação, referendar juízos sectários e puristas, sustentados no pressuposto de que apenas os atores de origem popular, assim como

³ Minha convicção de que os meus interesses acadêmicos e os sociais não são contraditórios foi reforçada pelo fato de, durante mais de vinte anos, estar conseguindo conciliar minha militância social e minha vida profissional na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, da qual sou servidora. Nesta instituição, atuava, até o início de meu curso de doutorado, como Diretora da Divisão Universidade e Comunidades Populares, DIUC/UFRJ.

outros grupos subalternos na ordem social vigente, poderiam falar ou escrever sobre suas práticas. Entendo, ao contrário, que é fundamental a pluralidade de olhares sobre as vivências e práticas produzidas no mundo social, em todos os níveis. Isso inclui, necessariamente, os intelectuais das periferias e favelas. Ainda temos, porém, no mundo acadêmico do Rio de Janeiro – na verdade do Brasil – uma presença insuficiente do olhar-autor, olhar-sujeito, de atores desses espaços sociais, sobre o seu mundo e sobre o conjunto da realidade social.

A principal consequência desse quadro, em que pese o compromisso profundo com a cidadania dos moradores das favelas e periferias, é o fato de a maior parte dos pesquisadores não terem uma relação subjetiva-existencial com esses espaços e seus moradores. Assim, estes são transformados, invariavelmente, em simples objetos de estudo. Também não há, em geral, consequência nos estudos, nem mesmo em sua forma mais simples, no caso, a criação de meios para garantir o retorno das conclusões do trabalho realizado aos que foram decisivos para sua realização⁴.

O quadro de tensão intelectual, ética e política presente na produção do trabalho científico é bem expresso por Florestan Fernandes, um engajado intelectual:

O dilema psicológico, político e moral para mim aparece por causa da minha tentativa persistente de enlaçar a Sociologia, como ciência, ao socialismo, como movimento político revolucionário (...) Não compartilho da idéia refúgio de que a “neutralidade científica” e a “condição profissional” isentam o sociólogo da responsabilidade intelectual e política (Fernandes, 1978, p. 15).

A tradução desse conflito para o meu caso seria como construir uma análise objetivamente rigorosa, em termos científicos, de uma realidade e uma situação nas quais estou absolutamente inserida e implicada. Em outras palavras, como enfrentar os desafios epistemológicos e metodológicos presentes nessa longa busca de entender, captar, elaborar, propor e interferir no plano político e conceitual da segurança pública na Maré?

A tensão por mim sofrida não é nova nem inédita. Como é sabido, o campo científico tem sido, historicamente, dominado por um longo debate

⁴ As muitas discussões realizadas no mundo acadêmico a respeito dos impasses éticos gerados por essa forma de realização de pesquisa (em especial a partir dos anos 90) não alteraram, de forma significativa, as práticas dos pesquisadores que chegam aos espaços populares, aldeias indígenas, espaços quilombolas etc. O descompromisso com as consequências das pesquisas e seus desdobramentos ainda é dominante.

epistemológico sobre as formas de relação entre o sujeito e o objeto da pesquisa, em especial as motivações, interesses e autonomia do investigador em relação ao tema⁵. De acordo com A. Giddens e J. Turner, a visão de ruptura radical entre o sujeito e o objeto de pesquisa derivava de uma compreensão na qual não se vislumbrava nenhuma diferença lógica importante entre ciência natural e ciência social. Essa perspectiva, para os autores, estimulou a tendência a não contemplar diretamente a lógica das ciências sociais em si mesma. Nesse caso,

[...] o empirismo lógico costumava ser visto, não como uma determinada filosofia da ciência, com postulados potencialmente questionáveis, mas como um modelo incontestável do que a ciência pudesse ser. [...] As ciências sociais seriam, nessa visão, essencialmente não-interpretativas, ainda que seu tema gire em torno de processos interpretativos e da comunicação (Giddens & Turner, 1999, p. 08).

Na linha apontada, há alguns anos se tornou hegemônica, nas Ciências Sociais, a visão que afirma a impossibilidade da neutralidade do sujeito nas pesquisas sobre o mundo social, tendo em vista a irredutibilidade de sua humanidade. A esse respeito, P. Bourdieu irá considerar que

[...] o sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem o saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente (Bourdieu, 1997, p. 694).

A superação dos juízos clássicos sobre objetividade e neutralidade científica foi atingida através da demonstração do caráter ideologizado e falacioso desta última concepção e os seus compromissos com paradigmas vigentes no campo das ciências e no mundo social. Tal como considera Michael Löwy, para quem

[...] é suficiente examinar a obra dos positivistas, de Comte e Durkheim até nossos dias, para se dar conta de que eles estão inteiramente fora da condição de privados de preconceitos. Suas análises estão fundadas sobre premissas político-sociais tendenciosas e ligadas ao ponto de vista e à visão social de mundo de grupos sociais determinados. Sua pretensão à neutralidade é, às vezes, uma ilusão, às vezes, um ocultamento deliberado, e freqüentemente, uma mistura bastante complexa dos dois (Löwy, 1985, p. 10).

No quadro geral de críticas aos principais formuladores das teses de neutralidade, ou objetividade, das ciências que estudam o mundo social, tais como

⁵ Cf. Löwy (1988); Bourdieu (1997, 2004, 2004a); Outhwaite & T. Bottomore (1996); Giddens & Turner (1999).

Augusto Comte e Emile Durkheim, se faz, em geral, uma ressalva em relação a Max Weber. Com efeito, para Löwy, por exemplo,

Weber considerava as pressuposições, os valores, os pontos de vista ou a visão de mundo não somente como inevitáveis, mas também como constituindo a própria condição de toda atividade científico-social significativa. [Logo,] Max Weber não deveria ser considerado como um autêntico sociólogo positivista (Löwy, 1985, p. 10).

De fato, Weber⁶ pressupunha que os valores dos agentes produtores do conhecimento científico eram fundamentais para a instalação da investigação. Afinal, seriam justamente esses valores que forneceriam as bases da problematização e as referências iniciais para o desenvolvimento de uma pesquisa no campo científico. Nesse caso, a premissa weberiana é que não se produz conhecimento sistemático sem a motivação singular e pessoal.

Em um aspecto, entretanto, Weber, criador da “sociologia compreensiva”⁷ alimenta e fortalece a perspectiva da objetividade científica. Como afirma ainda Löwy,

[...] há uma convergência entre a teoria de ciência de Weber e a teoria dos positivistas, p. o postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais. Na realidade, foi ele quem formulou o postulado de forma precisa e sistemática, mais rigorosa que os vagos desejos dos positivistas do século XIX (Löwy, 1985, p. 32).

A respeito da neutralidade axiológica assinalada por esse autor, pode-se considerar também a significativa crítica formulada por Nora, para quem,

[...] toda uma tradição científica levou os historiadores, desde há um século, a apagarem-se perante o seu trabalho, a dissimularem a personalidade por detrás do conhecimento [...] a não se exprimirem senão através dos outros, permitindo-se fazer, na dedicatória da tese, no prefácio do ensaio, uma confiança furtiva (Nora, 1989, p.12).

Nesse caso, o principal responsável pela criação do que se denomina **ego-história** concedeu uma atenção especial às motivações dos sujeitos na produção de estudos, memórias e ações na realidade histórica.

Outro aspecto relacionado ao debate sobre os graus de tensões presentes no processo da investigação científica da realidade social se coloca no campo dos vínculos entre a subjetividade do agente e as estruturas objetivas do mundo social. A partir dos anos de 1960, um variado leque de autores do campo das ciências

⁶ Cf. (1993).

⁷ Cf. Bourdieu (2004a).

sociais, dentre os quais Anthony Giddens (1999), Norbert Elias (1995) e Pierre Bourdieu (1989; 2004) afirmaram a impossibilidade de se pensar nas relações entre campos objetivos e subjetivos de forma estanquizada ou dicotômica. Essa visão é fundamental para entendermos, por exemplo, o papel instituinte das representações no mundo social e sua influência na produção das práticas sociais. Nesse sentido, Bourdieu afirma que:

[...] a ciência social oscila entre dois pontos de vista aparentemente incompatíveis, inconciliáveis: o objetivismo e o subjetivismo. [...] De um lado, ela pode “tratar os fatos sociais como coisas”, segundo a velha máxima durkheimiana, e assim deixar de lado tudo o que eles devem ao fato de serem objetos de conhecimento – ou de desconhecimento – na existência social. De outro lado, ela pode reduzir o mundo social às representações que dele se fazem os agentes, e então a tarefa da ciência social consistiria em produzir uma “explicação das explicações” produzidas pelos sujeitos sociais (Bourdieu, 2004a, p. 149).

A superação desse jogo dicotômico é, todavia, imprescindível para a construção ampliada de uma nova compreensão do mundo social. Diante disso, o autor francês vai afirmar que:

Por sua própria existência, a sociologia pressupõe a superação da oposição fictícia que subjetivistas e objetivistas fazem surgir arbitrariamente. Se a sociologia como ciência objetiva é possível, é porque existem relações exteriores necessárias, independente das vontades individuais e, se quisermos, inconscientes (no sentido que elas não se apresentam pela simples reflexão) que só podem ser apreendidas passando pela observação e experimentação objetivas (...) No entanto, diferentemente da ciência da natureza, uma antropologia total não pode se limitar a uma construção das relações objetivas porque a experiência das significações faz parte da significação total da experiência: a sociologia menos suspeita de subjetivismo recorre a conceitos intermediários e mediadores entre o subjetivo e o objetivo, tais como alienação, atitude ou ethos. Cabe-lhe, com efeito, construir o sistema de relações que englobe, não só o sentido objetivo das condutas organizadas segundo regularidades mensuráveis, mas também as relações singulares que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas, sentido que os possui porque estão desapossados dele. Dito por outras palavras, a descrição da subjetividade objetivada reenvia à descrição da interiorização da objetividade (Bourdieu, 2004a, p.150).

Cabe salientar que o reconhecimento da impossibilidade de o pesquisador ignorar suas motivações, premissas e perspectivas sociopolíticas não impede, por sua vez, a reafirmação de uma tautologia, nada trivial, de que só é possível atingir-se a verdade – sabendo-se de sua pluralidade discursiva e vinculação ao poder – se ela for efetivamente buscada. Caso contrário, deixa-se de fazer ciência e se cai no reino da propaganda, mais ou menos sofisticada, de acordo com a qualidade do produtor e do produto.

Qualificar e aproveitar as possibilidades oferecidas pela minha condição distinta da experimentada pela maioria dos pesquisadores dos espaços populares. A partir das proposições apresentadas, foi essa a estratégia que construí, visando progredir no percurso epistemológico/metodológico que se delineou para mim. Assim, o presente trabalho foi construído através de um permanente esforço de entrelaçar minha condição objetiva/subjetiva, de modo a construir um enfoque original e plural sobre a realidade apresentada.

Nesse esforço teórico, muito me estimulou o percurso de Pierre Bourdieu. Isso porque ele muito valorizou, no campo das Ciências Sociais, a necessidade de se realizar a objetivação das premissas que sustentavam as representações de ciência e de mundo na construção do trabalho científico. Ele chamou de objetivação participante a esse processo de reflexão sistemática sobre os pressupostos motivadores de um estudo determinado. Isso exigiria

[...] a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o ‘interesse’ do próprio objeto estudado para aquele que o estuda, tudo aquilo que ele menos pretende saber na sua relação com o objeto que ele procura conhecer (Bourdieu, 1989, p. 51).

Baseado em (pressu)posições como as assinaladas, apresento no item que se segue a este – e já em uma memória necessariamente analítica – minha trajetória pessoal, recortes empíricos, intervenções e interesses sociais. Através dessa escrita, sigo o percurso dos autores aludidos e realizo o meu esforço possível de objetivação dos elementos constituintes de minha subjetividade. Nesse quadro, o eventual leitor do presente trabalho tem sempre a possibilidade de executar uma meta-leitura, em um duplo movimento de apreensão do universo pesquisado e das premissas que sustentaram meu olhar, minha interpretação, análise e escrita. Elas são derivadas de minha posição social, das práticas e das representações que desenvolvi em minha caminhada na vida.

As mesmas determinações, por sua vez, norteiam a apreensão, pelo eventual leitor, dos conceitos, experiências e dados apresentados. Assim, meu desejo maior é que, nesse processo simultâneo de escrita e leitura, possamos, embora em espaço e tempos distintos, construir um rico, profundo e vivo diálogo. Com isso, quem sabe, estaremos caminhando de forma comum, embora em termos singulares, no esforço de conferir significado a uma sempre nova realidade social.

1.3

Observações sobre os vínculos entre minha trajetória social e o tema do presente trabalho

Para nós, o homem caracteriza-se antes de tudo pela superação de uma situação, pelo que ele chega a fazer daquilo que se fez dele, mesmo que ele não se reconheça jamais em sua objetivação (Sartre, 1984, p.151).

A tentativa de uma compreensão mais densa do fenômeno da violência e suas facetas no tocante à vida dos moradores de favelas decorre de minha vivência por vinte e cinco anos como moradora de favela, bem como de minha atuação em organizações sociais, desde minha adolescência, e de minha constituição como pesquisadora. Nesse caso, realizo um duplo movimento, no qual busco compreender teoricamente o principal lugar da realidade social em que me construí como ser e, nesse processo, ampliar minha capacidade de ação, visando à transformação daquele espaço e de outros similares.

Como primeira iniciativa nesse movimento, refletir, nos termos assinalados por Jean Paul Sartre em epígrafe, sobre os vínculos entre a subjetivação e a estrutura social, sobre os múltiplos elementos presentes em minha caminhada que definem minhas estratégias, meu processo reflexivo e minha intervenção no mundo.

Moradora desde os sete anos de idade na Nova Holanda, uma das favelas que faz parte do chamado “bairro” Maré⁸, tive uma infância caracterizada pelo pouco conhecimento do lugar onde morava. Minha vida restringia-se a frequentar a escola, a igreja católica – religião na qual fui criada e com a qual meus pais possuíam e ainda possuem grande envolvimento – e a brincar dentro de casa com minhas quatro irmãs e um irmão. Meus pais não admitiam que brincássemos na rua: “... na rua só se aprende o que não se deve”, afirmavam com rigor. Com o espaço das ruas interditado, meus pais nos levavam, quando podiam, ao cinema e ao parque de diversão. Tudo muito restrito, mas acontecia.

Na adolescência, passei a ajudar meus pais em sua loja comercial, caracterizada por vender uma grande variedade de artigos e chamada por todos de armarinho, fonte de renda principal da família. Nessa ocasião, o conhecimento sobre Nova Holanda era ainda muito pequeno. As amigas que tinha eram as da

⁸O denominado, oficialmente, **bairro** Maré está situado na região da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro. Ele é formado por dezesseis Favelas, constituintes da XXX Região Administrativa. Como esse território foi privilegiado como o recorte territorial da presente tese, apresento, no capítulo V, sua descrição detalhada. O termo bairro sempre aparece entre aspas, devido à contradição entre o termo e o reconhecimento social da Maré como uma favela.

escola ou as da igreja. Na vida que levava não havia espaço e tempo, nem meus pais permitiam, para frequentar casas de vizinhos ou outros espaços da comunidade.

Até esse período, portanto, minha vivência na favela era marcada pela delimitação de espaços, de vínculos afetivos e de experiências no universo familiar e nas instituições formadoras (também restritivas). Dessa maneira, minha realidade de moradora da favela era, em vários planos, muito distinta da maioria dos outros moradores, em particular dos adolescentes.

Tinha consciência dessa realidade e, então, era dominada por uma grande curiosidade sobre as experiências vivenciadas pelos meus vizinhos e amigos da escola. Mobilizava-me, em especial, a questão da violência experimentada pelos moradores. Eu residia em frente a um Destacamento de Polícia Ostensivo (DPO), uma guarnição da Polícia Militar que atuava na favela⁹. Na época, via muitos rapazes – e até moças – serem presos e, às vezes, apanharem muito. Eram muitos gritos e palavrões, que às vezes não permitiam que dormíssemos. Não entendia, naquela ocasião, porque as pessoas eram presas, porque apanhavam e porque tanto desentendimento e desrespeito entre a polícia e o morador.

Além disso, causava-me estranhamento e, muitas vezes, certa revolta perceber que faltava em Nova Holanda um conjunto de serviços básicos, tais como rede de água potável; esgoto sanitário e drenagem; eletricidade; escolas; creche; e áreas de lazer. E, especificamente, no plano da segurança pública, o que tínhamos era um serviço caracterizado, em geral, pelas situações de abuso de poder, corrupção e violação de direitos dos moradores por parte daqueles representantes do Estado.

Na adolescência, iniciei meu envolvimento em ações coletivas, primeiramente aquelas organizadas pela Igreja Católica e, depois, por outras organizações comunitárias. Essas práticas me permitiram, então, ter um contato direto com as situações de extrema pobreza e com os problemas sociais inerentes à vida em Nova Holanda e outras comunidades semelhantes. Meu interesse em interferir naquela realidade se intensificou, ao me deparar com situações muitas vezes difíceis de serem compreendidas e, muito menos, aceitas. Cresceu em mim, desde então, a crença de que, de alguma maneira, deveria buscar caminhos para

⁹ Tal estrutura de policiamento, que funcionava em várias favelas do Rio de Janeiro, foi, paradoxalmente, desativada quase totalmente na década de 1990. A explicação para o fato, na época, foi o crescimento do poder bélico dos grupos criminosos e, portanto, o aumento da insegurança dos policiais e dos equipamentos dos destacamentos. Outras explicações aludidas eram que o alto grau de corrupção presente naquelas unidades e a precária relação de seus integrantes com as comunidades tornavam improdutiva a presença policial regular nas favelas.

mudar a minha condição de vida e, junto disso, ser parte de um movimento para transformar as condições de vida em Nova Holanda e na região como um todo.

Nesse processo de militância ampliada, concorri, em 1984, como candidata a presidente, nas eleições da Associação e Moradores de Nova Holanda; estava com vinte e dois anos, recém completados. Fazia parte da Chapa Rosa, cor que simbolizava o peso das mulheres no processo de lutas comunitárias e o papel feminino como dirigente nas reivindicações locais. Foi um inesquecível processo eleitoral, o primeiro com eleições diretas na história da comunidade, visto que, até então, a Fundação Leão XIII, órgão do estado ligado a Secretaria de Ação Social, escolhia a diretoria da instituição. A eleição foi marcada pela participação massiva dos moradores e pela esperança de que, daquele momento em diante, muitas transformações aconteceriam, pois as pessoas estavam mobilizadas e buscando fazer valer os seus direitos. Nesse clima de esperança, fé e alegria, ganhamos o pleito com uma larga margem de votos de vantagem.

Os oito anos seguintes em que fiz parte da Associação dos Moradores se caracterizaram pela continuidade da forte mobilização popular. O processo, em um quadro de redemocratização do país e de maior abertura dos governos para as demandas populares, gerou a conquista de praticamente todos os serviços básicos para Nova Holanda. A dinâmica influenciou o conjunto das favelas integrantes da Maré a buscarem novas formas de se relacionarem com o Estado, bem como a se unirem para conquistar as melhorias de maneira organizada.

Cabe assinalar que, como já era característico desde aquela época até hoje, a questão da violência e da regulação da ordem social da favela não fazia parte do debate público nas organizações locais. No máximo, havia mobilizações ocasionais, contra situações de gritantes violações dos direitos humanos por parte das forças policiais. Havia um evidente interdito, embora nunca explícito, para refletir e atuar no enfrentamento global da violência que, em um espiral, dominava o nosso cotidiano.

Essa experiência de militância comunitária foi intensa e definitiva na minha vida. Ela induziu-me ao aprofundamento da compreensão dessas complexas características do meu lugar, das favelas e da cidade como um todo.

Nessa busca, iniciei, em 1992, o mestrado na área de Educação, também na PUC-Rio. Procurei investigar, na ocasião, o papel político e pedagógico cumprido pela Associação de Moradores no processo de organização dos residentes, visando à

conquista das reivindicações materiais fundamentais. À época, utilizei o conceito de cidadania plena como o elemento interpretativo das práticas presentes nos trabalhos associativos que então desenvolvíamos¹⁰. Ele apareceu como projeto e como referência matriz para o encaminhamento cotidiano das ações, visando ampliar a inserção dos moradores da favela no conjunto da cidade. Nesse sentido, continua a ser uma referência interpretativa e uma perspectiva também no presente estudo.

Na segunda metade da década de 1990, dediquei-me a uma nova forma de atuação na Maré, levando em conta o conjunto das 16 comunidades; trabalhava com demandas que defino como de segunda e terceira gerações. No caso, as demandas de primeira geração teriam como eixo a busca de acesso a serviços materiais básicos: acesso e manutenção aos serviços de água, energia, asfalto, telefonia pública, habitação, equipamentos de educação e saúde etc. Na ocasião, aquelas demandas ainda orientavam, em grande medida, a agenda de ação e reivindicação da Associação de Moradores de Nova Holanda e de seus pares na Maré.

As demandas de segunda geração, por sua vez, podem ser definidas como o acesso a serviços mais sofisticados, abrangentes e de melhor qualidade em campos, como educação, cultura e bem-estar. Nesse caso, trata-se de ampliar o cardápio e melhorar a qualidade dos serviços e equipamentos públicos; aumentar os níveis de escolaridade até o ensino superior; garantir o acesso a línguas estrangeiras, à informática, aos cursos que permitam o acesso a empregos de maior qualidade técnica e outras demandas similares.

Por fim, as demandas de terceira geração tratavam de aspectos relacionados às subjetividades e identidades dos sujeitos, tais como o direito à diferença, em todas as suas dimensões, e a luta pelos direitos à dignidade, em todos os níveis. Nesse caso, questões vinculadas ao gênero, à etnia, à sexualidade, à segurança, a um meio ambiente saudável, enfim, aos direitos humanos, *lato sensu*, definem a agenda.

Nessa perspectiva, participei da criação, em 1997, junto com um grupo de moradores e ex-moradores locais, de uma nova organização social, chamada, na ocasião, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Como presidente da organização pelo período de 10 anos, quando se deu a sua cisão, foi possível

¹⁰ O conceito de cidadania plena busca integrar as dimensões jurídica-formal, política, social, cultural e econômica que estiveram presentes, a partir da ação de diferentes grupos políticos e sociais, nas lutas empreendidas, desde o século XVIII, pela construção de novas formas de relações e estruturas sociais.

desenvolver, na ocasião, uma série de trabalhos voltados para ampliar as possibilidades existenciais dos adolescentes e jovens, em especial, da Maré.

A intenção maior era a de se criar novas redes sociopedagógicas, que incorporassem milhares de pessoas e as reunissem em uma perspectiva comum de atuação no espaço local. Assim, criaram-se programas de atuação com as escolas públicas, projetos de acesso à universidade e a escolas públicas de ensino médio de qualidade; projetos no campo das artes de variadas ordens, assim como programas de acesso à língua estrangeira e à informática. De forma especial, investiu-se para produzir conhecimentos a respeito da realidade da Maré e para formar intelectuais e técnicos, de origem local, capazes de trabalhar com dados e atuar com mais profundidade no mundo, tanto naquele lugar como para além dele.

As demandas de terceira geração tiveram um desenvolvimento mais lento, haja vista exigirem outro tipo de postura dos indivíduos diante de si mesmo, das instituições e da realidade social. Mas, de qualquer forma, foi iniciado entre os integrantes dos projetos, um conjunto de ações voltadas para o enfrentamento do machismo, do racismo, da homofobia, discriminação religiosa etc.

Nesse processo de intervenção na realidade local, todavia, começamos a nos deparar, cada vez mais, com a questão da violência. Os enfrentamentos entre os grupos criminosos e os policiais eram comuns no cotidiano, havendo, em função disso, a necessidade permanente de negociar com ambos os grupos, visando evitar conflitos que expusessem os estudantes e a coibir ações arbitrárias, em especial por parte das forças policiais.

Em função disso, evidenciou-se, para mim, não ser mais possível considerar a melhoria da qualidade de vida dos moradores das favelas, sem buscar construir novos olhares e proposições sobre o fenômeno que se tornou o principal problema dos grandes centros urbanos brasileiros, desde o final do século XX, em particular para os moradores dos territórios favelados. Para isso, fazia-se necessário ampliar nossa capacidade de compreensão da realidade social urbana e de intervenção para além do espaço da Maré.

Diante disso, participei da criação de um programa, o Observatório Social da Maré, que, posteriormente, converteu-se em outra organização social, o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (OF/RJ). Ao contrário de outras organizações locais, o OF/RJ buscava desenvolver uma interpretação ampliada sobre os grandes centros urbanos brasileiros, sob uma perspectiva da periferia. A

partir desse olhar territorializado e ampliado, a organização formulou implementar e avaliar ações plurais que pudessem se converter em políticas públicas. O Observatório teve como recortes de suas ações a produção de iniciativas no campo do desenvolvimento territorial, da comunicação e dos direitos humanos.

No processo de construção do Observatório de Favelas, ficou evidente para mim a necessidade de construir outra forma de atuação na Maré, recuperando uma idéia que estava na origem de todo o meu envolvimento nos movimentos sociais locais, mas que, infelizmente, ficara pelo caminho nas experiências que pude vivenciar anteriormente. Tratava-se de construir uma perspectiva de ação que gerasse mudanças nas estruturas institucionais da Maré e impactasse, assim, a vida das pessoas de forma mais global e ampliada. Isso exigia a criação de um programa global, de longo prazo, que articulasse atores do Estado, da sociedade civil e do mercado, além de organizações multilaterais e pessoas físicas motivadas pelo processo.

Um programa de desenvolvimento do território local, com essa abrangência, demandava o enfrentamento de problemas de variadas ordens e escalas, assim como a produção de metodologias inovadoras e ampliadas para impactar a realidade. Nesse processo, o Centro criado em 1997 entrou em uma forte crise, em especial devido ao modo como se buscava trabalhar o tema da segurança pública, dentre outros problemas. Diante disso, foi estabelecida a decisão coletiva de extingui-lo, sendo sugerida a criação de duas novas organizações. Desse modo, os dois grupos divergentes poderiam atuar a partir das distintas visões sobre como o trabalho social deveria acontecer na Maré, garantindo-se a continuidade de todas as iniciativas conquistadas nos dez anos da existência da Instituição.

Participei, então, da criação de outra instituição, a Redes de Desenvolvimento da Maré – REDES-MARÉ. Ela reuniu, em certa medida, o leque de preocupações e temáticas construídas pelas duas organizações citadas anteriormente, mas com um recorte territorial definido e com a prioridade de se trabalhar a partir de metodologias participativas, que envolvessem o maior número possível de moradores locais em um programa de longa duração.

A idéia básica é que o impacto local da Redes na Maré seja aprofundado e que possa repercutir em outros espaços da cidade. A Redes-Maré se caracteriza, dessa forma, por ser uma organização com forte identidade comunitária, legitimada pela história de militância e de vivência na favela de muitos de seus fundadores,

com grande articulação institucional, dentro e fora da Maré, além de ter pessoas com capacidade técnica para elaborarem e coordenarem projetos sofisticados de atuação social em espaços populares. A construção das experiências descritas exigiu a abertura de um campo profundo de considerações sobre os meios para viabilizá-las. Com efeito, a compreensão sobre o conjunto de demandas assinaladas e os limites teóricos e práticos para identificá-las, ordená-las e atendê-las – em particular no campo do enfrentamento da violência – faziam-se cada vez mais presentes em mim. Da mesma forma, crescia a consciência de que necessitava ir mais fundo no processo de articulação da reflexão teórica com a intervenção na realidade social.

Assim, o olhar detido sobre a minha experiência existencial e política na Maré, a maior compreensão socioteórica dos fenômenos e desafios sociais constituintes das realidades vivenciadas pelos seus moradores, além do meu permanente envolvimento subjetivo, político e profissional com o território popular, levaram-me ao doutorado.

O Programa de Serviço Social da PUC-Rio, ao qual me integrei em 2005, foi percebido, então, como um espaço de interlocução e de reflexão capaz de me permitir atuar com mais qualidade no mundo social. Ao mesmo tempo, um caminho frutífero para levar ao campo acadêmico o conjunto das vivências, experiências e demandas presentes na realidade popular, a partir de um olhar próprio, marcado por uma longa história de trajetória pessoal e de interpretações singulares sobre esse espaço social. Naquele momento de minha vida e da Maré, a questão da violência e a necessária construção de um novo modelo de segurança pública para a cidade (para as favelas especialmente) já estavam constituídas como os eixos fundamentais de minha ação sociopolítica e de minha reflexão teórica. Isso porque a presença conflitante da milícia, de três facções criminosas envolvidas com o tráfico de drogas e das forças policiais, todas atuando como grupos bélicos, tornou a situação cotidiana na favela da Maré dantesca.

No processo de reflexão durante o doutoramento, elaborei uma série de questionamentos sobre o fenômeno, que ordenei em quatro questões centrais, descritas a seguir:

- Como construir um quadro interpretativo das práticas cotidianas presentes na Maré, em especial as violentas, que permita ir além das representações hegemônicas no mundo social carioca e brasileiro sobre a violência estabelecida nas favelas do Rio de Janeiro?

- Quais representações, valores, princípios e regras têm orientado as práticas dos profissionais da segurança pública, quando se trata do trabalho junto às populações mais pobres da cidade do Rio de Janeiro?
- Quais são os pontos comuns e os dissonantes entre as representações, valores, princípios e regras dos policiais e as da população residente nas favelas sobre as práticas desenvolvidas no campo da segurança pública nesses territórios?
- As experiências e representações dominantes nas organizações do Estado, na mídia, na população em geral, incluindo grande parte dos residentes de favelas, são centradas na idéia de que a única possibilidade de enfrentamento dos grupos criminosos passa, necessariamente, por uma opção sustentada em práticas também violentas, materializadas nos territórios populares. Quais seriam os paradigmas de análise e de intervenção capazes de ir além dessas representações e práticas, na perspectiva de materializar uma política de segurança pública cidadã, respeitosa dos direitos humanos?

O tratamento dessas questões exigiu a construção de uma interpretação original sobre as formas de a população carioca, em particular, se relacionar com o espaço da favela e as práticas policiais que ali se fazem presentes. De fato, como revelam diferentes estudos¹¹ e matérias ordinárias nos meios de comunicação, há uma naturalização, mesmo aquiescência, pela maioria da população do Rio de Janeiro, das iniciativas centradas no uso da violência massiva realizadas pelo aparato policial. De acordo com esses juízos, elas acontecem e se justificam pela necessidade de se enfrentar, nos seus próprios termos, os grupos criminosos que dominam as favelas. O quadro que se definiu ao longo do tempo é o de que não haveria alternativas outras para o Estado. A posição oblitera o fato de o Brasil ser um dos recordistas mundiais no quesito violência letal, fenômeno que atinge em especial os jovens, moradores de territórios populares e negros – pretos e pardos.

Meu pressuposto, por sua vez, é que não será possível construir-se uma política de segurança, efetivamente cidadã, caso não se supere as representações hegemônicas sobre as práticas usuais de intervenção policial nos territórios populares. Uma política, naquela perspectiva, não poderá ser construída sem que

¹¹ Cf. Lannes (2009); Silva (2002, 2003); Silva & Barbosa (2005); Soares (1996, 2000, 2006); Souza (2006); Zaluar & Alvito (1998).

sejam devidamente interpretadas as razões que contribuem para a naturalização do uso de formas bélicas, comprovadamente ineficientes e geradoras de múltiplos efeitos perversos¹². No enfrentamento entre polícia e grupos criminosos armados que atuam no tráfico de drogas, nas favelas, não há consideração dos direitos fundamentais da população. Assim, cerca de um milhão e duzentos mil moradores da cidade do Rio de Janeiro são tratados como a **população civil do exército inimigo**. Esses cidadãos, em tal quadro, são condenados, de modo inevitável, a sofrerem as conseqüências de uma **guerra às drogas**, pretensamente justa, que se confirma por si mesma, não podendo, por conseguinte, ser questionada¹³.

A estratégia de **guerra** que tem se mostrado, há décadas, insustentável em todos os sentidos – em termos morais, éticos, econômicos, sociais e, paradoxalmente, de eficiência e de eficácia – é, hoje, o principal motivo para a crise vivida no campo da segurança pública carioca e em outras unidades federativas brasileiras que adotam a mesma estratégia¹⁴. Segundo Aurélio Buarque de Holanda, o termo guerra seria a “luta armada entre nações ou partidos” (Holanda, 1999, p. 1019). Mais significativo e expressivo do que ocorre nos territórios das favelas cariocas, dentre outros, é o termo guerra de extermínio: “aquela em que um contendor, ou os contendores, se empenha(m) em exterminar totalmente o adversário; guerra total, guerra de morte, guerra sem cartel” (Holanda, 1999, p. 1019). O caráter de extermínio no conflito entre as forças policiais e as facções criminosas dedicadas ao tráfico de drogas se tornou generalizado a partir de 1995, quando, de acordo com versões colhidas nas entrevistas oficiosas da época, vários grupos de policiais militares passaram a evitar fazer prisões, mesmo em caso de rendições, e executavam os traficantes.

¹² Efeito perverso, de acordo com R. Boudon, seria uma ação que contribui para agravar uma situação que se busca superar. Cf. Boudon, 1977, p.14.

¹³ A melhor expressão do caráter de **guerra** do conflito nas favelas cariocas é o uso, pelas forças policiais, de veículos bélicos blindados. Eles são similares aos utilizados pela polícia da África do Sul contra os territórios da população negra durante o regime do *Apartheid*; todavia aqueles blindados existem hoje no país africano apenas no museu que rememora as atrocidades do antigo sistema de segregação.

¹⁴ Os preços da cocaína, por exemplo, continuam os mesmos da década de 1980, em dólares. Isso significa que a estratégia de repressão às drogas não tem conseguido reduzir a oferta do produto nem sua distribuição. Isso se constata, apesar de a violência letal ter triplicado no período, de a maior parte da população carcerária ser condenada em função do envolvimento com drogas, do aumento da corrupção policial e judiciária, dos grandes recursos aplicados no combate ao crime, que poderiam ser utilizados de outra forma, do aumento da morte de policiais e vítimas inocentes, do aumento da criminalidade violenta nos centros urbanos, do uso de armas pesadas nos crimes, da universalização, entre todas as classes sociais, da sensação de insegurança, da violência cotidiana nas favelas que torna a vida de seus moradores um risco permanente, etc.

Desse modo, não valendo a pena se entregar, os policiais também passaram a se tornar alvos principais, chegando ao ponto de passarem a ser mortos pela simples condição profissional. Pela via do processo de sinonímia entre tráfico de drogas e favelas, esses territórios foram sendo, cada vez mais, identificados e representados como definitivamente perigosos e ingovernáveis, afirmando-se a impossibilidade de se estabelecer ali o mesmo padrão de regulação social presente em outras partes da cidade.

Entendo, todavia, que a construção de práticas de segurança cidadãs implica a adoção de novas estratégias de enfrentamento dos grupos criminosos armados. Isso se articula com a construção de novas representações sobre os territórios populares e seus moradores, com o estabelecimento da presença do Estado sob novas formas nas favelas e com a criação de mecanismos de regulação social inovadores e democráticos, que envolvam a maioria dos moradores nos processos decisórios.

Sob tais premissas, experiências e objetivos até aqui apresentados construí a presente tese de doutoramento. Eles foram as bases da reflexão epistemológica, da construção metodológica e das conclusões elaboradas. A partir desse conjunto, analiso as representações sociais dos diferentes agentes atuantes na realidade da Maré e as práticas por eles desenvolvidas. Nesse intrincado processo, cresci como ser concreto, dominada pela crença de que é possível construir caminhos de superação da dolorosa chaga da violência, em múltiplas formas, que domina nosso momento histórico brasileiro.